

**ILMO. SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE,
RIO GRANDE DO SUL**

Pregão Eletrônico 052/2021

Processo sob nº 29.529/2021

AGIPREV CONSULTORIA GLOBAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ MF sob o nº 28.158.166/0001-50, com sede na Av. Rio Branco, nº 404, Bloco II – Sala 1203, Centro, em Florianópolis, neste ato representada por seu sócio administrador, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar com fundamentos do Art. 41 e seu §2º nº 8666/1993 cujo o OBJETO é:

“Contratação de empresa especializada (as) em softwares de plataforma web para fornecimento de sistemas de gestão pública integradas, no modo de licenças de uso, sem limite de usuário, nas áreas de Saúde e Administração Geral, discriminados no Termo de Referência Anexo I a este Termo.”, apresentar:

IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA

Tendo em vista o edital do pregão eletrônico nº 052/2021 da Prefeitura do Rio Grande/RS, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em software de plataforma web para fornecimento de sistemas de gestão pública integradas, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

I- DO OBJETO

Da análise do presente edital, ficou evidenciado a presença de ilegalidade e incoerências que desprestigiam o processo em questão, devendo o mesmo ser considerado totalmente nulo, visto que contrariam as disposições constitucionais,

infraconstitucionais, jurisprudências, bem como os princípios que regulam as boas práticas administrativas.

II- DA TEMPESTIVIDADE

Conforme descrito no item 1.9 do Edital nº 052/2021 fica estabelecido o prazo para impugnação do edital em questão, sendo o prazo de 3 dias úteis anterior a data determinada para abertura da sessão pública, sendo exclusivamente enviado por meio eletrônico para o e-mail: pregaorg@gmail.com

Nesse sentido, conforme consta a data do presente protocolo dessa impugnação, temos que, tempestiva a referida impugnação.

III- DO PARECER JURÍDICO FUNDAMENTADO

No presente requerimento as respostas relacionadas a essa impugnação deverá obrigatoriamente se dar através de um parecer jurídico fundamentado pelo corpo jurídico do Município de Rio Grande/RS (Funcionários de Carreira), visto que as questões que serão elencadas nessa impugnação em caso de não serem revistas poderão gerar grandes danos aos cofres públicos do município, que conforme previsão legal na Lei de Licitações poderá responsabilizar os gestores públicos assim como a própria comissão de licitações em caso de danos ao erário.

IV- DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Em análise do termo de referência do referido edital há uma clara intenção de restrição a competitividade da licitação em questão, afim de impedir a participação de outras empresas no certame, sendo requisitos totalmente exagerados, conforme a seguir:

3.9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA EXIGIDA DAS PROPONENTES PARA RESGUARDO DO EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

3.9.1 Para a mínima segurança da contratação, nos termos da legislação vigente, deverá ser solicitada aptidão e experiência mínima e anterior através da seguinte documentação:

a) Apresentação de no mínimo 1 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, expedido por entidade pública ou privada, comprovando que a proponente implantou e/ou que mantém em funcionamento sistema de computação em nuvem, similar e compatível com o objeto desta licitação, pelo menos nas seguintes áreas de maior relevância:

PARA O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

Planejamento e Orçamento, Escrituração contábil, Execução financeira e P. Contas, Controle Interno, Pessoal e Folha de pagamento, Segurança e Saúde do Servidor, Estágio Probatório, Avaliação de Desempenho, Recrutamento e Seleção, Treinamento e Desenvolvimento, Ponto eletrônico, Compras e licitações e Contratos, Patrimônio, Almoxarifado, Controle de frotas e combustíveis, Procuradoria, Legislação, Portal da Transparência, Portal de serviços e autoatendimento, Portal Institucional, Processo digital, Ouvidoria, Diário Oficial Eletrônico, Serviços Públicos, Gestão Ambiental, Fiscalização fazendária, Simples Nacional, Escrita fiscal eletrônica, ISS Bancos, Nota fiscal eletrônica de serviços, Gestão da Arrecadação, Gestão de Tributos de competência municipal (IPTU, ITBI, ISSQN e taxas), Gestão de Receitas Diversas, Contribuição de Melhoria, Gestão de Obras e posturas, Gestão de Cemitérios, Gestão da Dívida ativa, Domicílio Eletrônico do Contribuinte, APP (Aplicativo Mobile de Serviços e Autoatendimento), Indicadores de Gestão e Gestão Eletrônica de Documentos – GED.

PARA O SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL: Cadastros Nacionais e Agendamentos,

Faturamento, Ambulatório, Farmácia, Laboratório, Ecografia, E-SUS (Atenção Primária), Autorização de Internação Hospitalar (AIH), Autorização de Procedimento de Alta Complexidade (APAC), Imunizações, Acesso

Móvel Paciente, Acesso Móvel ACS, CAPS, Atendimento Hospitalar e Atendimento Social.

Tal exigência constante indica um claro direcionamento a uma empresa já existente e que possui o corpo técnico solicitado nas experiências solicitadas, nesse sentido se torna totalmente ilegal visto que já possui orientações elencadas pelos tribunais nesse assunto:

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA. ILEGALIDADES NO EDITAL. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.

DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO.

A exigência, no edital, de comprovação técnica na prestação de serviços funerários em município com mais de 200 mil habitantes, é manifestamente ilegal, pois os serviços seriam concedidos a 06 (seis) empresas, as quais caberia, portanto, executar um sexto do contrato, **sendo exagerado e abusivo condicionar a participação dos licitantes a prova de capacitação técnica correspondente a totalidade da população do município**. Segundo Marçal Justen Filho, há enorme risco de que a exigência da certificação ISO represente uma indevida restrição ao direito de participar da licitação, pois nenhuma lei condiciona o exercício de alguma atividade à sua obtenção. (TJSC, Apelação / Reexame Necessário n. 0304479-98.2016.8.24.0020, de Criciúma, rel. Des.Ronei Danielli, Terceira Câmara de Direito Público, j. 22-05- 2018).

Dessa forma, não existe uma previsão legal para tais exigências, a não ser quando a administração pública possuir uma justificativa formal e fundamentada para que haja uma restrição à competitividade, sendo que nesse processo não possui nem justificativa técnica, contrariando a expressa vedação em seu Art. 7º, §5º da Lei nº 8.666/93:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

§ 6º A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

Nesse sentido, fica evidenciado o vício nesse processo licitatório, indo totalmente contra os princípios da legalidade, da amplitude na participação, finalidade e na sua razoabilidade, devendo por bem ser anulado.

V- DA VIOLAÇÃO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

No que se refere a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, esclarecemos que a referida lei tem como seu principal objetivo proteger todos os dados dos cidadãos criando uma segurança jurídica com boas práticas e proteção.

Porém, no referido edital há uma total inversão, desrespeitando a disposição da Lei 13709/2018, conforme consta no item 5, Anexo I – Termo de Referência, mas precisamente em sua página 55, onde afirma:

*Possuir rotina com informações funcionais que permita filtrar o cadastro funcional por no mínimo: **nome, idade, CPF, RG, PIS, título eleitoral, CTPS, CNH, nacionalidade, idade, tipo sanguíneo/fator RH, sexo, estado civil, cor dos olhos, cor do cabelo, tipo de aposentadoria, cor da pele, mês da admissão, data de nascimento, cargo, local de trabalho, salário base, dados bancários e telefone**; devendo dispor das mesmas informações como colunas.*

Nesse sentido, esses dados especificados devem atender uma necessidade totalmente legítima e legal, o que não foi exemplificado no referido edital, lembramos que a Lei Geral de Proteção de Dados determina que a coleta e tratamento de dados pessoais deve se limitar apenas ao mínimo necessário para atender a finalidade pretendida, conforme prevê em seu Art. 6º:

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

*I - **finalidade:** realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;*

*II - **adequação:** compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;*

*III - **necessidade:** limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;*

Fica evidenciado a violação à lei vigente, visto que o edital prevê que a empresa que será contratada descumpra uma legislação vigente, que é uma coisa totalmente ilegal, dessa forma por desrespeitar a legislação vigente da LGPD deve o presente edital ser anulado visto possuir os vícios levantados que estão totalmente em desacordo.

VI- DA DIVERGÊNCIA NO TERMO DE REFERÊNCIA

Analisando o Anexo I – Termo de Referência do referido edital, ficou constatado a falta de item na distribuição do objeto, no Sistema de Saúde Pública Municipal em seu item 3 Licenciamento Mensal – Módulos de Programas consta 25 itens no total.

Porém na parte *DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO PADRÃO TECNOLÓGICO E DE SEGURANÇA DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA*, mais precisamente na página 212 do referido Termo de Referência é informado no item **7.7 MÓDULO DE ECOGRAFIA**.

7.7 MÓDULO DE ECOGRAFIA

1. Deverá permitir o cadastro dos exames prestados com as seguintes informações e referências ao SIGTAP:
2. Nome; Sexo; Faixa etária; CBO; Instrumento de registro; Habilitações; Valor;
3. Deverá permitir o cadastro de estruturas e órgãos à examinar;
4. Deverá permitir cadastro de um ou mais modelos de resultado para cada exame, podendo ser totalmente personalizado pelo usuário de acordo com suas necessidades;
5. Deverá possuir uma visualização prévia do modelo de resultado;
6. Deverá possuir definição dos profissionais que assinam os resultados dos exames;
7. Deverá possuir assinatura gráfica para acelerar o processo de liberação da assinatura e do resultado pelo profissional mesmo à distância;
8. Deverá possuir configuração do cabeçalho a ser impresso no resultado do exame podendo ser para o solicitante ou para o prestador.

Ora, está sendo cobrando um módulo que nem se quer está distribuído no objeto do referido edital, sendo assim fica evidente que há uma divergência no que está sendo solicitado, cabendo ao pregoeiro a não ser a anulação do presente edital a fim de se corrigir as ilegalidades constantes nesse termo, certa ocorrência impõe uma total insegurança aos participantes do certame.

VII- DA CONTRATAÇÃO DO DATA CENTER

Novamente, em análise ao Anexo I – Termo de Referência do referido edital, há um vício em relação a contratação do data center do sistema.

Ocorre que no item 6 (Sistema Integrado de Gestão Pública Municipal) já possui a contratação de um data center por 12 meses, ocorre que isso se repete no item 4 (Sistema de Saúde Pública Municipal).

6	DATA CENTER DO SISTEMA			
6.1	Gestão e provimento de data center (gestão, disponibilidade, hospedagem, processamento, segurança e bkp)	12	Meses	

Subtotal Item 6

4	DATA CENTER DO SISTEMA			
4.1	Gestão e provimento de data center (gestão, disponibilidade, hospedagem, processamento, segurança e bkp)	12	Meses	
Subtotal Item 4				

Ora, nesse sentido a legislação é muito clara afim de não causar danos aos cofres públicos conforme previsão legal da lei 8429/92 em seu Art. 10:

*Art. 10. Constitui ato **de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa**, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:*

Portanto, não se tem necessidade dessa contratação duplicada do mesmo item, caso isso ocorra irá gerar um gasto excessivo ao erário, além disso não há nenhuma justificativa técnica explicativa que comprove a real necessidade da contratação dobrada do data center, nesse sentido cabe ao pregoeiro a não ser anular o presente edital afim de corrigir as ilegalidades constantes nesse termo.

VIII- DA FALTA DE INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A lei nº 8666/93 exige que, para dar início a uma licitação pública para aquisição de bens e serviços o administrador deverá obrigatoriamente promover a indicação de recursos orçamentários necessários para o pagamento das obrigações a serem executadas no decorrer da prestação do serviço, conforme previsão legal:

*Art. 7 - As licitações para a execução de obras e para a **prestação de serviços** obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:*

As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem

executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

Ocorre que no referido edital não consta nenhuma informação relacionada a previsão dos recursos que serão assegurados para o devido pagamento, além disso o Art. 14 da Lei 8666/93 é taxativo nesse sentido:

Art. 14 - Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

Nesse sentido, com a ausência de indicação de recursos no referido edital afronta indiscutivelmente as referidas previsões legais que regem a licitação, causando uma grande insegurança aos participantes do presente certame, devendo o mesmo ser anulado para a devida correção.

IX- CONCLUSÃO

Diante de todas as falhas e ilegalidades apontadas neste presente instrumento de impugnação, que violam as legislações que regem as licitações e os princípios que regem a administração pública, impõe-se pela anulação do presente edital.

Requer a impugnante que seja anulado o edital do Pregão Presencial nº 052/2021, que foi publicado no dia 01/12/2021.

Nesses Termos, peço o deferimento.

Florianópolis/SC, 17 de junho de 2021.

AGIPREV – Consultoria Global Ltda.
CNPJ nº 28.158.166/0001-50